

Ouvidoria Geral de Justiça

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Informativo da Ouvidoria Geral do TJPE

Artigos de interesse da classe jurídica

Atos normativos

Decisões judiciais

Compilação – Setembro de 2020

Diagramação

Assessoria de Comunicação Social/TJPE



OUVIDORIA
GERAL



TJPE

Artigos de interesse da classe jurídica

CARLOS EDUARDO JAR E SILVA:

Comentários às Orientações Jurisprudenciais 22 e 52,
aprovadas pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de
Pernambuco

Da aplicação da técnica de julgamento prevista no art. 942
do CPC/2015 nos embargos de declaração

Atos normativos

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- Atos

ATO Nº 502 DO TJPE, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

INSTITUI A 2ª PAUTA CONCENTRADA DE AUDIÊNCIAS VIRTUAIS DE CONCILIAÇÃO COM TEMÁTICA RELACIONADA À SAÚDE, NO CEJUSC DO 2º GRAU, COM APOIO DA GERÊNCIA TRATAMENTO DE DEMANDAS REPETITIVAS E GRANDES EVENTOS - GDR, DO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – NUPEMEC; DEFINE PERÍODO; LOCAL DA REALIZAÇÃO DAS SESSÕES VIRTUAIS DE CONCILIAÇÃO; DESIGNA SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Atos conjuntos

ATO CONJUNTO Nº 29 DO TJPE, DE 28 DE AGOSTO DE 2020

REGULAMENTA O ATENDIMENTO, PELAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS DE 1º E 2º GRAUS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, EM FACE ÀS SOLICITAÇÕES DE AGENDAMENTO VISANDO AO ACESSO AOS AUTOS FÍSICOS, NOTADAMENTE QUANDO O PROCESSO ENCONTRA-SE COM PRAZO EM CURSO; MANTÉM O USO DO E-MAIL PARA PROTOCOLO DE PEÇAS E DOCUMENTOS JUNTO À UNIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DO 2º GRAU; E RECOMENDA O ACESSO DIÁRIO AOS CANAIS DE ATENDIMENTO.

ATO CONJUNTO Nº 30 DO TJPE, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020

AUTORIZA O RETORNO, NA MODALIDADE PRESENCIAL, DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES JUDICIÁRIAS E ADMINISTRATIVAS INTEGRANTES DAS 2ª E 12ª REGIÕES DE SAÚDE NO ESTADO DE PERNAMBUCO, INDICADAS NAS 2ª E 3ª ETAPA, CONFORME PREVISÃO CONTIDA NO ATO CONJUNTO N. 18, DE 19 DE JUNHO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE REABERTURA GRADUAL DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ATO CONJUNTO Nº 32 DO TJPE, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE PROTOCOLO DE ATIVIDADES E CUIDADOS INDISPENSÁVEIS À REALIZAÇÃO SEGURA DAS SESSÕES DE JÚRI, NO ÂMBITO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS COM COMPETÊNCIA PARA O TRIBUNAL DO JÚRI NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ENQUANTO PERDURAR A SITUAÇÃO EXCEPCIONAL DA EPIDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

ATO CONJUNTO Nº 33 DO TJPE, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

AUTORIZA O RETORNO, NA MODALIDADE PRESENCIAL, DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR TODAS AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS VINCULADAS À PRESIDÊNCIA; POR UNIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS INTEGRANTES DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO; BEM COMO POR UNIDADES JUDICIÁRIAS E ADMINISTRATIVAS INSTALADAS NAS 3ª, 4ª E 5ª REGIÕES DE SAÚDE NO ESTADO DE PERNAMBUCO, INDICADAS NAS 2ª E 3ª ETAPAS, CONFORME PREVISÃO CONTIDA NO ATO CONJUNTO N. 18, DE 19 DE JUNHO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE REABERTURA GRADUAL DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Instruções normativas conjuntas

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 16 DO TJPE, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAIS PARA TRATAMENTO DA PARTILHA DE BENS, NO ÂMBITO DO DIREITO DE FAMÍLIA E DO DIREITO SUCESSÓRIO, PELOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA DO 1º GRAU, VINCULADOS AO NUPEMEC DO O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 20 DO TJPE, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE O PROTOCOLAMENTO, NO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE), DAS TRANSAÇÕES EXTRAJUDICIAIS FIRMADAS EM PROCEDIMENTOS PRÉ- PROCESSUAIS, NO ÂMBITO DAS UNIDADES VINCULADAS AO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (NUPEMEC), DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (TJPE).

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 21 DO TJPE, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

DISCIPLINA O ARQUIVAMENTO E POSTERIOR MIGRAÇÃO DOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL EM TRAMITAÇÃO NAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE OLINDA NO SISTEMA JUDWIN 1º GRAU PARA O SISTEMA PJE 1º GRAU.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 22 DO TJPE, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

ESTABELECE DIRETRIZES VISANDO À ORIENTAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA A DESTINAÇÃO E DESTRUIÇÃO DOS BENS CONTRAFEITOS APREENDIDOS NA ANTIGA DELEGACIA DE CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL – DEPRIM, NAS DEMAIS DELEGACIAS DE POLÍCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, BEM COMO DAQUELES BENS QUE SE ENCONTRAM EM DEPÓSITOS JUDICIAIS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO; DESIGNA COMISSÃO GESTORA, ATRIBUIÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Ofícios-circulares

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 6 DO TJPE, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020

ORIENTA MAGISTRADOS E MAGISTRADAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO SOBRE A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19, NOS TERMOS DOS ARTS. 6º E 7º DO ATO CONJUNTO 18/2020 DA PRESIDÊNCIA E CGJ, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

- Portarias

PORTARIA Nº 27 DO TJPE, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020

INSTITUI O COMITÊ GESTOR DE PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

- Provimentos

PROVIMENTO Nº 26 DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES E PARÂMETROS PARA A IMPLANTAÇÃO, UTILIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO OBRIGATÓRIO DO SISTEMA DO PJE^{COR}, NO ÂMBITO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

- Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 72 DO CNJ, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DOS RELATÓRIOS APRESENTADOS PELO ADMINISTRADOR JUDICIAL EM PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO EMPRESARIAL.

RECOMENDAÇÃO Nº 73 DO CNJ, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

RECOMENDA AOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO A ADOÇÃO DE MEDIDAS PREPARATÓRIAS E AÇÕES INICIAIS PARA A ADEQUAÇÃO ÀS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD.

RECOMENDAÇÃO Nº 78 DO CNJ, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020

ACRESCENTA O ART. 5-A À RECOMENDAÇÃO CNJ NO 62/2020, QUE TRATA DAS MEDIDAS PREVENTIVAS À PROPAGAÇÃO DA INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS – COVID-19 NO ÂMBITO DOS SISTEMAS DE JUSTIÇA PENAL E SOCIOEDUCATIVO, E ALTERA O ART. 15, PARA PRORROGAR SUA VIGÊNCIA.

- Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 331 DO CNJ, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

INSTITUI A BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO – DATAJUD COMO FONTE PRIMÁRIA DE DADOS DO SISTEMA DE ESTATÍSTICA DO PODER JUDICIÁRIO – SIESPJ PARA OS TRIBUNAIS INDICADOS NOS INCISOS II A VII DO ART. 92 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

RESOLUÇÃO Nº 344 DO CNJ, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020

REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS, DISPONDO SOBRE AS ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS DOS AGENTES E INSPETORES DA POLÍCIA JUDICIAL.

PODER EXECUTIVO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- Decretos

DECRETO Nº 10.488 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.000, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020, QUE INSTITUI O AUXÍLIO EMERGENCIAL RESIDUAL PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) RESPONSÁVEL PELO SURTO DE 2019, ALTERA O DECRETO Nº 10.316, DE 7 DE ABRIL DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GOVERNO DE PERNAMBUCO

- Decretos

DECRETO Nº 49.392 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 31 DE AGOSTO DE 2020

ALTERA O DECRETO NO 49.055, DE 31 DE MAIO DE 2020, QUE SISTEMATIZA AS REGRAS RELATIVAS ÀS MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL NO 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.

DECRETO Nº 49.393 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 31 DE AGOSTO DE 2020

ALTERA O DECRETO Nº 49.055, DE 31 DE MAIO DE 2020, QUE SISTEMATIZA AS REGRAS RELATIVAS ÀS MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.

DECRETO Nº 49.401 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020

ALTERA O DECRETO Nº 49.055, DE 31 DE MAIO DE 2020, QUE SISTEMATIZA AS REGRAS RELATIVAS ÀS MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.

DECRETO Nº 49.480 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

ALTERA O DECRETO Nº 49.055, DE 31 DE MAIO DE 2020, QUE SISTEMATIZA AS REGRAS RELATIVAS ÀS MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.

PODER LEGISLATIVO

CONGRESSO NACIONAL

- Leis

LEI Nº 14.034, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE MEDIDAS EMERGENCIAIS PARA A AVIAÇÃO CIVIL BRASILEIRA EM RAZÃO DA PANDEMIA DA COVID-19; E ALTERA AS LEIS NOS 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986, 6.009, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1973, 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011, 13.319, DE 25 DE JULHO DE 2016, 13.499, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017, E 9.825, DE 23 DE AGOSTO DE 1999.

LEI Nº 14.046, DE 24 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE O ADIAMENTO E O CANCELAMENTO DE SERVIÇOS, DE RESERVAS E DE EVENTOS DOS SETORES DE TURISMO E DE CULTURA EM RAZÃO DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA RECONHECIDO PELO DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 20 DE MARÇO DE 2020, E DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA PANDEMIA DA COVID-19.

LEI Nº 14.057, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

DISCIPLINA O ACORDO COM CREDORES PARA PAGAMENTO COM DESCONTO DE PRECATÓRIOS FEDERAIS E O ACORDO TERMINATIVO DE LITÍGIO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E DISPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DELES ORIUNDOS PARA O COMBATE À COVID-19, DURANTE A VIGÊNCIA DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA RECONHECIDO PELO DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 20 DE MARÇO DE 2020; E ALTERA A LEI Nº 7.689, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1988, E A LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.

LEI Nº 14.058, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

ESTABELECE A OPERACIONALIZAÇÃO DO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO EMERGENCIAL DE PRESERVAÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA E DO BENEFÍCIO EMERGENCIAL MENSAL DE QUE TRATA A LEI Nº 14.020, DE 6 DE JULHO DE 2020.

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM INTERAÇÕES COM ENTES PÚBLICOS, EM ATOS DE PESSOAS JURÍDICAS E EM QUESTÕES DE SAÚDE E SOBRE AS LICENÇAS DE SOFTWARES DESENVOLVIDOS POR ENTES PÚBLICOS; E ALTERA A LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995, A LEI Nº 5.991, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1973, E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.200-2, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

- Leis complementares

LEI COMPLEMENTAR Nº 175, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE O PADRÃO NACIONAL DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN), DE COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL, INCIDENTE SOBRE OS SERVIÇOS PREVISTOS NOS SUBITENS 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 E 15.09 DA LISTA DE SERVIÇOS ANEXA À LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 31 DE JULHO DE 2003; ALTERA DISPOSITIVOS DA REFERIDA LEI COMPLEMENTAR; PREVÊ REGRA DE TRANSIÇÃO PARA A PARTILHA DO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO ISSQN ENTRE O MUNICÍPIO DO LOCAL DO ESTABELECIMENTO PRESTADOR E O MUNICÍPIO DO DOMICÍLIO DO TOMADOR RELATIVAMENTE AOS SERVIÇOS DE QUE TRATA; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO

- Leis

LEI Nº 17.040, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020

ALTERA A LEI Nº 14.804, DE 29 DE OUTUBRO DE 2012, QUE REGULA O ACESSO A INFORMAÇÕES, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, A FIM DE INCLUIR EXIGÊNCIAS ADICIONAIS DE TRANSPARÊNCIA DURANTE SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA.

Decisões judiciais

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- Contratos de aluguel

Vara Cível da Capital defere suspensão da exigibilidade de 50% dos valores cobrados a título de aluguel mínimo mensal

- Contratos de financiamento

Mera alegação de perda do poder aquisitivo durante a pandemia não é justificativa suficiente para a suspensão das parcelas de financiamento

- Contratos de plano de saúde

Vara Cível da Capital determina que plano de saúde custeie o tratamento de segurada com sintomas do Coronavírus

Diante da não comprovação de notificação prévia, Vara Cível da Capital determina a reativação do plano de saúde pela seguradora

Com base em normativa publicada pela Agência Nacional de Saúde, TJPE defere pedido liminar para afastar reajuste na mensalidade de plano de saúde durante os meses de setembro e dezembro de 2020

Vara Cível da Capital concede tutela de urgência a fim de determinar à seguradora a disponibilização de “homecare” para o tratamento de Coronavírus, contraído pela parte demandante

- Poder de polícia administrativa

Bares e restaurantes no Município de Garanhuns devem respeitar o horário de funcionamento até às 20h

- *Habeas Corpus*

Com base na ausência do risco de contágio pela Covid-19 no estabelecimento prisional, TJPE indefere liminar em Habeas Corpus

Menção genérica à situação da pandemia nos presídios não é argumento suficiente para a concessão de liberdade provisória

- Saúde

Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital determina a adoção de home office para funcionária de hospital que integra grupo de risco

Em razão do risco de contágio pela Covid-19, Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital determina a adoção de trabalho remoto para funcionária de hospital

TJPE indefere pedido liminar para suspender decisão de busca e apreensão de veículo utilizado para tratamento médico da parte recorrente

TRIBUNAIS SUPERIORES

- Alienação fiduciária

Credor fiduciário pode inscrever devedor em cadastro restritivo mesmo sem vender o bem dado em garantia

- Contratos de plano de saúde

STJ decide ser necessária a paridade de condições nos planos de saúde oferecidos a funcionários ativos e inativos

- Controle de constitucionalidade

STF, em decisão monocrática, suspende a eficácia de lei que interrompia a cobrança de créditos consignados de servidores públicos no Maranhão

- Direitos de locação

Validade da ação de despejo é condicionada à notificação prévia do locatário

- Direitos de propriedade

STF decide pela possibilidade da usucapião urbana de apartamento

- Direito do consumidor

Estabelecimento que comercializa produto defeituoso tem o dever de recebê-lo de volta

- **Contratos imobiliários**

Abusividade na cobrança de correção monetária não descaracteriza a mora de comprador de imóvel

- **Fornecimento de dados pessoais**

Para adimplir a obrigação de identificar usuários em sítios eletrônicos, STJ define ser suficiente o fornecimento do endereço de IP correspondente à publicação ofensiva indicada pela parte

- **Honorários advocatícios**

Em caso de rompimento unilateral e desmotivado pelo cliente, o advogado mantém o direito ao recebimento dos honorários

Repasse de custo dos honorários contratuais devidos ao advogado do locatário não configura bis in idem para o locador

- **Intervenção do Poder Judiciário no Executivo**

Não incumbe ao Judiciário compelir o Executivo a apresentar projeto de lei para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos

- **Questões processuais**

A técnica do julgamento ampliado, prevista no Art. 942 do CPC, é cabível nos embargos de declaração

Em sede de cumprimento de sentença, a aplicação da multa de 10% requer intempestividade ou resistência do devedor

STJ define não ser cabível condenação em honorários no caso de incidente de desconsideração da personalidade jurídica

Em matéria infraconstitucional, a declaração de inexistência de repercussão geral independe de quórum

Quando utilizadas para a subsistência do executado, as verbas decorrentes de empréstimo consignado podem ser consideradas impenhoráveis

Deve haver a garantia do juízo nos embargos do devedor, ainda que a matéria possa ser analisada em sede de exceção de pré-executividade

Não ofende a coisa julgada a interpretação razoável e possível de ser extraída do título judicial

Acréscimo de 10% do débito em razão do não pagamento dentro do prazo definido no CPC não pode ser relativizado pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade

- Responsabilização civil

O requerente é responsável objetivamente pelos danos oriundos da concessão de medida cautelar

OUTROS TRIBUNAIS

- Contratos bancários

Redução salarial, por si só, não representaria fato capaz de configurar a aplicação da teoria da imprevisão

TJCE considera não ser necessário instrumento público para a contratação de empréstimos consignados entre pessoas analfabetas e instituições financeiras

- Contratos de aluguel

Shopping em São Paulo reverte decisão que, em razão da pandemia, permitia descontos em aluguel de loja

Intervenção do Poder Judiciário em contratos privados deve ocorrer em circunstâncias excepcionais

- Contratos escolares

O ensino virtual não representa circunstância apta a, por si só, ensejar a diminuição no valor das mensalidades escolares

- Contratos imobiliários

Em razão de atraso na entrega de imóvel, TJDFT autoriza a cumulação de multa moratória e aluguéis

- Setor aéreo

Juizado Especial do TJDFT julga improcedente pedido de restituição imediata de ingresso para evento adiado em razão da pandemia